

HOSPITAL UNIV DA UNIVERSIDADE FEDERAL RR

Estudo Técnico Preliminar 5/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23477.000172/2026-20

2. Descrição da necessidade**2.1. OBJETIVO:**

2.1.1. Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a viabilidade técnica da Contratação de empresa especializada para construção do Bloco C do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR), vinculado à HU BRASIL.

2.1.2. A contratação objetiva viabilizar a execução de nova estrutura física hospitalar, de acordo com as necessidades definidas no perfil assistencial, em conformidade com requisitos técnicos, sanitários e de acessibilidade vigentes.

2.2. NECESSIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO

2.2.1. A macrorregião de saúde de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, concentra a maior parcela da oferta de serviços de saúde estadual, atendendo a uma população estimada em mais de 700 mil habitantes — contingente que abrange tanto os residentes locais quanto a população flutuante oriunda dos demais municípios roraimenses. À semelhança de outras regiões periféricas do país, a localidade enfrenta um histórico déficit na oferta de serviços de média e alta complexidade, especialmente no que tange à disponibilidade de leitos de internação, Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e especialidades como oncologia, cardiologia, nefrologia e diagnóstico por imagem de alta densidade tecnológica.

2.2.2. Esse cenário resulta em severa sobrecarga da rede existente, centralizada na capital, o que limita a capacidade de resposta do sistema frente ao crescimento da demanda assistencial. A situação é agravada pelo fato de a macrorregião absorver uma expressiva demanda internacional, prestando atendimento a cidadãos venezuelanos e guianenses que buscam, no Sistema Único de Saúde (SUS), uma assistência mais estruturada e resolutiva, o que amplia substancialmente a pressão sobre os serviços locais.

2.2.3. A convergência entre limitações estruturais, escassez de serviços especializados e o aumento contínuo da demanda impõe desafios críticos à garantia do acesso oportuno e integral à saúde. Tal panorama evidencia a urgência em fortalecer a rede regional, ampliar a capacidade instalada e consolidar serviços estratégicos de média e alta complexidade em Boa Vista.

2.2.4. Paralelamente, a Universidade Federal de Roraima (UFRR), em sua missão de prover educação superior pública de qualidade, demanda um campo de prática robusto e qualificado para seus cursos da área da saúde — como Medicina, Enfermagem, Farmácia e Psicologia —, além de suporte para atividades de pós-graduação lato sensu na modalidade residência. Um hospital universitário próprio, moderno e bem estruturado, representará o passo fundamental para suprir a localidade com profissionais especializados que nela se fixarão, sanando o principal gargalo para a consolidação acadêmica e assistencial da instituição na região.

2.2.5. Em iniciativa conjunta, a HU BRASIL, a UFRR e o Ministério da Saúde apresentam a ampliação do Hospital Universitário da UFRR como resposta estratégica às necessidades do SUS regional. Esta ação, fundamental e transformadora, foi viabilizada no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimento garantido de R\$ 50 milhões. Sua execução financeira está formalizada pelo Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 73/2024 (SEI nº 45666090), conforme o respectivo Plano de Trabalho (SEI nº 42864965).

2.2.6. A ampliação do HU-UFRR configura-se, ademais, como uma deliberação estratégica cuja governança encontra-se solidificada pela celebração do Contrato de Gestão Especial entre a HU BRASIL e a UFRR. Tal instrumento jurídico tem por objeto o planejamento detalhado e a consolidação definitiva da unidade hospitalar.

2.2.7. Soma-se a isso o novo Programa Nacional de Qualificação e Ampliação dos Serviços Prestados por Hospitais Universitários Federais (PRHOSUS), instituído pelo Decreto nº 11.674/2023. O programa visa ampliar e qualificar a oferta de serviços de média e alta complexidade no SUS, bem como aprimorar a gestão médico-hospitalar das instituições federais, contando com financiamento do Ministério da Saúde para as atividades de custeio.

2.2.8. Em suma, a obra representa a consolidação do papel da HU BRASIL como estruturadora da política pública de hospitais universitários federais, assegurando o cumprimento das diretrizes de assistência, ensino, pesquisa e extensão. A construção do HU-UFRR constitui, portanto, um marco no fortalecimento do SUS, na ampliação da formação profissional em saúde e no desenvolvimento socioeconômico regional.

2.3. PERFIL:

2.3.1. O Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR) está projetado como um estabelecimento hospitalar de média e alta complexidade, caracterizando-se como hospital geral de porta referenciada. A proposta foi estruturada a partir de um perfil assistencial compatível com as singularidades epidemiológicas da região amazônica, com ênfase na atenção especializada à saúde indígena, na integração ensino-assistência, na

sustentabilidade operacional e na qualificação da capacidade formativa da Universidade, conforme estabelecido no Contrato de Gestão Especial firmado com a HU BRASIL.

2.3.2. A definição das diretrizes assistenciais, que orientam o perfil da futura unidade hospitalar e a construção dos novos blocos, está fundamentada no Relatório de Perfil Assistencial elaborado em julho de 2024, o qual alinha as demandas do Sistema Único de Saúde (SUS) às necessidades acadêmicas, validado pelas instâncias de governança da HU BRASIL e da UFRR, constando como anexo técnico indispensável a este Estudo Técnico Preliminar.

2.3.3. Com a construção do Bloco C o hospital contará com uma capacidade instalada de 220 leitos de internação, distribuídos estrategicamente da seguinte forma: 68 leitos de clínica médica, 50 leitos de clínica cirúrgica, 12 leitos de isolamento e 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto Tipo II. A instituição contará ainda com um diferencial estratégico de 70 leitos de cuidados prolongados destinados à Unidade de Retaguarda Hospitalar dos Povos Indígenas (URHPI) , além de leitos não censáveis de observação e recuperação, incluindo 10 leitos de Recuperação Pós-Anestésica (RPA) e 2 leitos na Unidade de Decisão Clínica.

2.3.4. O Centro Cirúrgico será composto por 06 (seis) salas cirúrgicas, sendo: 01 sala de grande porte, 02 salas de médio porte, 02 salas de pequeno porte e 01 sala dedicada a procedimentos de endoscopia. O Ambulatório, projetado para dar suporte ao ensino e à assistência especializada, será composto por 10 consultórios, permitindo o fluxo adequado de preceptoria e atendimento.

2.3.5. No que se refere ao Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), o hospital contará com Laboratório de Análises Clínicas, Agência Transfusional, Farmácia Central e Satélites. O Centro de Diagnóstico por Imagem (CDI) será robusto, composto por 01 Ressonância Magnética, 01 Tomógrafo Computadorizado, 03 equipamentos de Raio-X (fixos e móveis) e 04 equipamentos de Ultrassonografia. O perfil contempla ainda diagnósticos especializados em cardiologia, otorrinolaringologia e urologia, além de endoscopia digestiva.

2.3.6. A contratação ora proposta será realizada com base em projetos básicos completos de arquitetura e engenharia, elaborados por empresa especializada contratada especificamente para esse fim, mediante processo licitatório prévio. Esses projetos foram desenvolvidos a partir de estudos preliminares, diagnóstico situacional e programa de necessidades, observando rigorosamente as normas da ABNT, a RDC nº 50/2002 da ANVISA e as diretrizes institucionais da Rede HU BRASIL para estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS).

2.3.7. Por fim, considerando que a Universidade Federal de Roraima (UFRR) tem como atividade-fim o ensino e a pesquisa, não dispondo de estrutura operacional para a execução direta de obras de grande porte e alta complexidade hospitalar, e considerando que a HU BRASIL atua na gestão e não na construção direta, justifica-se a imperiosa necessidade de contratação de empresa de engenharia especializada para a materialização da construção do Bloco C do HU-UFRR, visando à plena operacionalização do perfil assistencial definido.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Infraestrutura	Odete Carmen Gialdi

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Em observância ao art. 32, inciso IV, do RCC 3.0, os Requisitos da Contratação farão parte do Termo de Referência com vistas a preservar a coerência entre os documentos e reduzir redundâncias;

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para subsidiar este Estudo Técnico Preliminar, foi realizado levantamento de mercado com foco na identificação de parâmetros técnicos, organizacionais e contratuais adotados em contratações similares, especialmente no âmbito da Rede HU BRASIL, voltadas à construção de hospitais universitários de médio e grande porte.

5.2. A prospecção envolveu a análise de contratações similares, tendo como principais referências os seguintes processos administrativos:

- 23762.018764/2023-30: Obra do novo HE-UFPEL (Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas), em andamento;
- 23768.002268/2024-95: Construção de novo bloco assistencial de alta complexidade do CHU-UFPA (Complexo Hospitalar Universitário da Universidade Federal do Pará), em andamento;
- 23817.003603/2023-69: Construção do Centro Administrativo e de Ensino e Pesquisa do HUL-UFS (Hospital Universitário de Lagarto da Universidade Federal de Sergipe), em andamento;
- 23477.004372/2025-71: Obra do novo complexo hospitalar do HU-UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), atualmente em fase de licitação;
- 23477.014504/2025-72: Construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Cariri (HU-UFCA), atualmente em fase de contratação.

5.3. A análise dessas contratações evidenciou a adoção frequente da empreitada por preço global como modelo de remuneração, especialmente em obras cuja definição técnica já se encontra consolidada por meio de projetos básicos completos. Nesse modelo, a contratada assume a obrigação de realizar o objeto por preço certo e total, previamente estabelecido, o que contribui para maior previsibilidade orçamentária e melhor controle da execução

contratual.

5.4. Para o HU-UFRR, adotou-se o regime de empreitada por preço global, em razão do escopo técnico bem definido e da existência de projeto básico suficientemente detalhado, o que viabiliza a execução contínua e coordenada de todos os sistemas previstos, com maior previsibilidade contratual e redução de riscos de alterações posteriores.

5.5. Diferentemente do regime semi-integrado, a empreitada por preço global não permite alterações no projeto básico por parte da contratada, exigindo que a execução siga rigorosamente as soluções técnicas previamente definidas pela Administração.

5.6. Trata-se de solução compatível com as diretrizes do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC), bem como com as orientações do TCU, que reconhecem a adequação da empreitada por preço global para obras com projeto básico suficientemente detalhado e com riscos bem mapeados e atribuídos contratualmente.

5.7. A adoção desse regime contribui para a mitigação de aditivos contratuais por quantitativos, favorece o controle da Administração sobre prazos e custos, e transfere à contratada a responsabilidade pela gestão dos meios e métodos construtivos, desde que respeitado o projeto aprovado.

5.8. Não foram identificadas metodologias alternativas amplamente adotadas no setor público federal que apresentem, neste contexto específico, ganho comprovado de eficiência ou mitigação superior de riscos em relação à empreitada por preço global com base em projeto básico. A modelagem ora proposta reflete, portanto, a melhor prática observada em contratações similares no âmbito da Rede HU Brasil.

5.9. A realização de audiência pública é prevista no Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC), nos termos dos arts. 114 a 119, como instrumento de governança e transparência, especialmente recomendado para contratações que envolvam inovações, riscos relevantes ou controvérsias técnicas e sociais. Contudo, sua adoção é facultativa, devendo ser avaliada pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) conforme a complexidade e o impacto da contratação.

5.10. No presente caso, a EPC avaliou que não há necessidade de convocação de audiência pública, uma vez que:

- O objeto da contratação é tecnicamente consolidado e amplamente padronizado no âmbito da Rede HU Brasil;
- Não foram identificados impactos ambientais relevantes, controvérsias sociais ou riscos institucionais que justifiquem a ampliação do debate público;
- A contratação não envolve soluções inovadoras, tecnologias de domínio restrito ou metodologias inéditas que demandem validação externa;
- O projeto básico foi elaborado com base em estudos técnicos consistentes, com ampla documentação de suporte e validação interna.

5.2 Justificativa do Regime de Execução Contratual

5.12. Após análise das características do empreendimento, das normativas aplicáveis e das melhores práticas em contratações públicas, considera-se tecnicamente adequada e juridicamente viável a adoção do regime de empreitada por preço global para a obra do novo Hospital Universitário de Roraima. A seguir, apresentam-se os fundamentos dessa escolha:

- Conformidade com a legislação vigente:

A Lei nº 13.303/2016 estabelece que a adoção do regime semi-integrado é preferencial, mas não obrigatória, devendo a Administração justificar tecnicamente a escolha de outro regime. No caso presente, estão atendidos os requisitos de legalidade, motivação e razoabilidade para a escolha da empreitada por preço global.

A própria Lei nº 14.133/2021, que reflete estágio mais recente e amadurecido da legislação de contratações públicas, não estabelece preferência por regimes como o semi-integrado, exigindo apenas motivação fundamentada da Administração, o que está plenamente atendido neste caso.

- Projeto básico completo e ausência de margem para inovação:

O projeto básico foi elaborado com grau adequado de detalhamento, abrangendo todas as disciplinas de arquitetura e engenharia necessárias à execução da obra. As soluções técnicas nele contidas foram definidas com base em estudos preliminares específicos e validados pela área técnica da contratante.

Dessa forma, não há margem para que o contratado proponha alternativas ou inovações técnicas, o que descaracteriza a razão de ser do regime semi-integrado, previsto no art. 42, §1º da Lei nº 13.303/2016, que pressupõe a liberdade do contratado para definir soluções a partir de um projeto básico menos consolidado.

Experiência institucional da Ebserh e padronização técnica:

A HU Brasil já possui experiência consolidada na execução de grandes obras hospitalares no regime de empreitada por preço global, o que confere à estatal maior segurança técnica e administrativa para conduzir o processo e a fiscalização contratual. Além disso, a adoção desse regime contribui para a padronização de soluções técnicas e operacionais nas unidades hospitalares da Rede HU Brasil.

- Familiaridade do mercado e maior competitividade:

O regime de empreitada por preço global é amplamente conhecido pelo setor da construção civil, estando previsto na legislação brasileira desde a vigência da Lei nº 8.666/1993. Sua ampla utilização proporciona maior previsibilidade às empresas concorrentes, o que tende a ampliar a competitividade da licitação, melhorar a qualidade das propostas e reduzir questionamentos técnicos e jurídicos.

- Jurisprudência consolidada e segurança jurídica:

A adoção da empreitada por preço global conta com jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), o que confere maior segurança jurídica à contratação. O regime semi-integrado, por sua vez, ainda é recente — instituído pela Lei nº 13.303/2016 — e carece de jurisprudência consolidada, o que pode ampliar os riscos de controvérsias contratuais e interpretações divergentes.

- Maior celeridade no processo licitatório;

Nos termos do art. 39 da Lei nº 13.303/2016, o prazo mínimo de publicidade do edital para licitações com regime de empreitada por preço global é de 15 dias úteis, enquanto que para a modalidade semi-integrada esse prazo é de 45 dias úteis. Considerando a relevância estratégica e social da obra, a adoção do regime de EPG contribui para maior agilidade no andamento do processo e na entrega do empreendimento à sociedade.

5.12.1. Conclusão

5.2.1.1. Diante de todo o exposto, conclui-se que o regime de empreitada por preço global é o mais adequado para a contratação da obra de ampliação do Hospital Universitário de Roraima, considerando os seguintes fatores:

- Projeto básico completo, detalhado e sem espaço para inovação;
- Responsabilidade da contratada pela elaboração do projeto executivo, sem descaracterização do escopo;
- Experiência institucional da Ebserh com esse modelo contratual;
- Familiaridade do mercado e maior previsibilidade técnica e jurídica;
- Maior agilidade no procedimento licitatório;
- Ausência de justificativa técnica ou empírica para adoção do regime semi-integrado no caso concreto.

5.2.1.2. A adoção do regime de empreitada por preço global está, portanto, alinhada às melhores práticas de gestão pública, à legislação vigente e aos princípios da economicidade, eficiência, segurança jurídica e interesse público.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do Bloco C do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR), com base em projeto básico previamente elaborado, contemplando todos os elementos de infraestrutura predial e sistemas necessários ao funcionamento de unidade hospitalar de média e alta complexidade.

6.2. A solução inclui a execução integral dos seguintes sistemas construtivos e instalações:

- Estrutura e vedação da edificação;
- Revestimentos, esquadrias e acabamentos conforme especificações técnicas;
- Instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, de climatização, de gases medicinais, prevenção e combate a incêndios, cabeamento estruturado e demais sistemas de apoio;
- Instalações especiais voltadas ao atendimento hospitalar, conforme definido nos projetos técnicos e nos parâmetros assistenciais estabelecidos;
- Urbanização e acessibilidade no entorno imediato da edificação, conforme normas vigentes.

6.3. A entrega da obra deverá incluir todos os testes, comissionamentos, laudos e manuais técnicos, bem como o treinamento operacional básico das equipes da contratante, conforme exigido nos projetos básicos e nos termos do contrato.

6.4. Quanto à manutenção e assistência técnica, a solução contratual deverá prever:

- Garantia mínima dos serviços e materiais, conforme prazos estabelecidos no Código Civil e na legislação aplicável;
- Disponibilização de manuais de operação e manutenção das instalações prediais e sistemas;
- Entrega dos documentos “as built” com registros das alterações ocorridas na fase de execução, quando houver;
- Previsão contratual para atendimento de eventuais correções dentro do prazo de garantia, mediante acionamento da contratada.

6.5 A contratada deverá, ainda, apoiar ou providenciar, conforme o caso, a obtenção de **aprovações legais e licenças técnicas exigidas para a fase de projeto executivo e execução da obra, especialmente junto a órgãos como Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, conforme atribuições definidas no edital e projeto básico.**

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no projeto básico da obra do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR), previamente desenvolvido, o qual contempla a definição dos sistemas construtivos, áreas edificadas, funcionalidades previstas e especificações técnicas de arquitetura e engenharia.

7.2. A área total estimada da edificação é de aproximadamente 8.180,00 m², abrangendo:

- Blocos assistenciais com leitos de internação (enfermarias e UTIs);
- Centro cirúrgico com salas para procedimentos de média e alta complexidade;
- Áreas de apoio diagnóstico e terapêutico (imagens, laboratório, farmácia, CME);
- Ambulatórios de especialidades;

- Áreas administrativas e de apoio logístico;
- Infraestrutura de urbanização e acessibilidade no entorno imediato.

7.3. A memória de cálculo detalhada das quantidades será consolidada a partir do projeto básico e seus documentos auxiliares, incluindo plantas, quadros de áreas, especificações técnicas e planilhas de dimensionamento.

7.4. A contratação ora estimada não depende diretamente de outras contratações prévias ou simultâneas. No entanto, será observada a interdependência operacional com os contratos de fornecimento e instalação de equipamentos médicos e mobiliário técnico, que poderão ser conduzidos em processos específicos. A compatibilização entre a execução da obra e o planejamento dessas aquisições deverá ser considerada na gestão do cronograma global do empreendimento.

7.5. A estratégia de contratação em lote único, abrangendo todo o escopo da obra, visa aproveitar economias de escala e evitar fracionamento indevido, além de facilitar a coordenação técnica e logística entre os diversos sistemas da edificação hospitalar.

7.6. Os projetos de arquitetura e engenharia serão desenvolvidos até o seu nível básico, o que proporcionará um detalhamento mais robusto dos serviços e quantidades. **Para esse nível de detalhe de projeto, a margem de precisão é de $\pm 10\%$ segundo a Orientação Técnica do IBRAOP.**

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 57.632.599,00

8.1. A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada com base em metodologia paramétrica, considerando o custo por metro quadrado aplicável a edificações hospitalares de médio e grande porte, com padrão técnico compatível com os hospitais universitários da Rede HU BRASIL.

8.2. Para fins de cálculo, foi adotado o custo estimado de R\$ 7.045,55 por metro quadrado construído, valor compatível com contratações recentes realizadas pela HU BRASIL, de escopo e porte equivalentes, conforme registrado em processos administrativos e consultas técnicas internas.

8.3. A área total estimada do empreendimento é de 8.180,00 m², conforme anteprojeto consolidado, abrangendo os seguintes ambientes: setores assistenciais, áreas de apoio técnico e logístico, bem como setores administrativos e de infraestrutura.

8.4. A presente estimativa tem natureza preliminar e paramétrica, conforme admitido nas fases iniciais do planejamento, especialmente em contratações sob regime de preço global. O valor unitário de R\$ 7.045,55/m² foi adotado com base em contratações recentes da HU BRASIL de escopo e complexidade semelhantes, cujos dados constam dos processos administrativos:

- 23762.018764/2023-30 (HE-UFPEL): R\$ 5.947,20/m²
- 23768.002268/2024-95 (CHU-UFPA): R\$ 8.828,94/m²
- 23817.003603/2023-69 (HUL-UFS): R\$ 6.633,33/m²
- 23477.014504/2025-72 (HU-UFCA): R\$ 6.772,73/m²
- Cálculo da média aritmética simples:

$$Média = \frac{5.947,20 + 8.828,94 + 6.633,33 + 6.772,73}{4} \therefore Média = \frac{28.182,20}{4}$$

$$Média = 7.045,55$$

8.5. A memória de cálculo da estimativa é apresentada a seguir: Área total estimada da edificação: 8.180,00m²

- Custo paramétrico adotado: R\$ 7.045,55/m²
- Valor estimado preliminar: 8.180,00 m² × R\$ 7.045,55/m² = R\$ 57.632.599,00

8.6. Este valor contempla a execução da obra e a elaboração de projetos executivos, além de incluir encargos indiretos e custos decorrentes da complexidade técnico-funcional da edificação hospitalar.

8.7. Todavia, na etapa subsequente, o orçamento estimativo detalhado será desenvolvido com base em composições analíticas, referenciais oficiais (SINAPI, SICRO) e quantitativos extraídos dos projetos básicos, conforme orientações do TCU constantes nos Acórdãos 2622/2013 e 1925/2021 – Plenário.

8.8. Justificativa para a publicidade da estimativa preliminar da contratação

8.8.1. Embora o Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0), em seu art. 7º, estabeleça como regra o caráter sigiloso do orçamento estimado da contratação até o encerramento da licitação, entende-se que a divulgação da presente estimativa preliminar no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar não compromete a competitividade do certame nem a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, pelas razões a seguir expostas.

8.8.2. A estimativa apresentada neste ETP possui natureza meramente preliminar, paramétrica e referencial, elaborada exclusivamente para fins de avaliação inicial de viabilidade técnica, econômica e orçamentária da contratação, não se confundindo com o orçamento estimativo detalhado que instruirá futuramente o processo licitatório.

8.8.3. O valor indicado foi obtido a partir de metodologia paramétrica baseada em custo médio por metro quadrado de empreendimentos hospitalares similares executados no âmbito da Rede HU Brasil, sem detalhamento de quantitativos, composições analíticas, preços unitários, BDI, encargos ou memória de cálculo executiva capaz de influenciar diretamente a formulação das propostas comerciais pelos futuros licitantes.

8.8.4. Além disso, a publicidade da estimativa preliminar contribui para a transparência do planejamento da contratação pública, permitindo o controle social, a rastreabilidade das premissas adotadas e a adequada demonstração da compatibilidade do empreendimento com os recursos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e demais instrumentos de planejamento institucional.

8.8.5. Ressalte-se, ainda, que o orçamento detalhado da licitação, elaborado posteriormente com base nos projetos básicos, quantitativos executivos e referenciais oficiais de preços (SINAPI/SICRO), poderá ser submetido ao regime de sigilo previsto no art. 7º do RCC 3.0, caso a Administração entenda que sua restrição de publicidade seja necessária para preservação da competitividade do certame.

8.8.6. Dessa forma, considera-se juridicamente adequada e compatível com os princípios da publicidade, transparência e motivação administrativa a manutenção da divulgação da estimativa preliminar constante deste Estudo Técnico Preliminar.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução proposta não será parcelada, tendo em vista a natureza do objeto e a interdependência técnica, funcional e operacional entre os diversos sistemas e ambientes que compõem o Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR).

9.2. A implantação da unidade ocorrerá em lote único, com projeto prevendo a integração física e sistêmica das edificações existentes ao novo Bloco C e aos seguintes ambientes:

- Leitos de internação (clínicos, cirúrgicos e intensivos);
- Centro cirúrgico e áreas de recuperação pós-anestésica;
- Ambulatórios de especialidades;
- Setores de diagnóstico por imagem, laboratório, farmácia, nutrição, CME e outros apoios técnicos;
- Áreas administrativas e operacionais;
- Infraestrutura de climatização, gases medicinais, elétrica, lógica e prevenção contra incêndios.

9.3. O parcelamento da obra em lotes ou contratos distintos inviabilizaria a articulação técnica entre os sistemas prediais e comprometeria a continuidade da execução, gerando risco de incompatibilidades de projeto, retrabalho, aumento de custo global, dificuldades logísticas e atrasos na entrega.

9.4. Por fim, a contratação em lote único proporciona maior eficiência na fiscalização, racionalização dos processos de medição e pagamento, e redução do custo administrativo para a Administração, atendendo ao princípio da economicidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias à viabilização da presente contratação.

10.2 A execução da obra de construção do Bloco C do HU-UFRR é autossuficiente do ponto de vista contratual, uma vez que todos os serviços, sistemas e etapas indispensáveis à entrega da edificação em condições plenas de uso estão abrangidos no escopo do objeto ora proposto, conforme definido nos projetos básicos de arquitetura e engenharia.

10.3 Eventuais contratações futuras relacionadas ao fornecimento de equipamentos médico-hospitalares, mobiliário técnico ou serviços assistenciais não guardam relação de dependência direta com a presente contratação, podendo ser conduzidas de forma independente, em processos administrativos próprios, sem prejuízo à execução, à medição ou à entrega da obra.

10.4 Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida não demanda a celebração prévia, concomitante ou subsequente de contratos correlatos ou interdependentes para a sua plena eficácia.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Em observância ao art. 32, inciso II, do RCC 3.0, o Alinhamento entre a contratação e o planejamento fará parte do Termo de Referência com vistas a preservar a coerência entre os documentos e reduzir redundâncias;

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação da obra de construção do Bloco C do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR) tem como resultado esperado a implantação de infraestrutura hospitalar adequada às necessidades assistenciais, acadêmicas e gerenciais da Universidade Federal de Roraima, conforme diretrizes institucionais da HU BRASIL.

12.2. Em termos de **efetividade**, pretende-se:

- Disponibilizar edificação hospitalar conforme parâmetros normativos e funcionais aplicáveis, apta a operar como unidade de saúde vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS);
- Atender à demanda por campos de prática para os cursos de graduação e programas de residência da UFRR, promovendo a integração ensino-serviço;
- Ampliar a capacidade instalada de atenção hospitalar de média e alta complexidade na macrorregião de saúde de Boa Vista (RR), em articulação com a rede regional de saúde;
- Viabilizar o funcionamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em ambiente hospitalar institucionalizado.

12.3. Em relação ao **desenvolvimento nacional sustentável**, a contratação considera:

- Adoção de critérios de acessibilidade universal (NBR 9050) e conforto ambiental (térmico, acústico e lumínico), conforme requisitos normativos;
- Utilização de materiais e sistemas que favoreçam a eficiência energética, a racionalização do uso da água e a redução do impacto ambiental, conforme previsto nos projetos a serem detalhados;
- Geração de emprego e movimentação econômica local durante a fase de execução da obra;
- Promoção do desenvolvimento regional por meio da interiorização da formação profissional em saúde e da ampliação da cobertura assistencial pública.

12.4. Os resultados previstos estão em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e da sustentabilidade previstos na Lei nº 13.303/2016 e nos normativos internos da HU BRASIL.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a celebração do contrato de execução da obra de construção do Bloco C do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR), serão adotadas pela Administração as seguintes providências preliminares:

I - Aprovações legais necessárias para a execução da obra

13.2. A obtenção das aprovações legais vinculadas ao projeto básico, como da Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e concessionárias de serviços públicos, está sob responsabilidade da empresa contratada para elaboração dos projetos básicos, conforme previsto em seu contrato específico.

13.3. No entanto, considerando o risco de pendências de aprovação até a publicação do edital da obra, a contratada será responsável pela complementação ou obtenção das licenças vinculadas aos projetos executivos sob sua responsabilidade, desde que haja previsão expressa e equilibrada em matriz de riscos específica. A Administração deverá manter a responsabilidade por licenças cuja obtenção dependa exclusivamente de atos administrativos prévios ou decisões institucionais, não podendo transferir riscos que extrapolem a esfera de controle técnico da contratada. Tal previsão será formalizada no Projeto Básico, edital e contrato.

13.4. Essa responsabilidade inclui, entre outras, aprovações da Vigilância Sanitária, do Corpo de Bombeiros, de órgãos ambientais e de concessionárias de serviços públicos, sempre que tais aprovações dependerem dos projetos executivos a serem desenvolvidos pela contratada.

13.5. Para garantir segurança jurídica, será prevista no edital e contrato da obra cláusula específica atribuindo à contratada a responsabilidade pela obtenção de todas as aprovações legais necessárias para a execução do objeto, como condição prévia ao início das etapas correspondentes da obra.

13.6. Essa solução visa assegurar a continuidade do cronograma de licitação e contratação, sem prejuízo ao cumprimento integral das exigências legais, normativas e técnicas aplicáveis à execução de obras hospitalares.

II – Planejamento da gestão e fiscalização contratual

13.7. A Administração deverá estruturar a equipe interna responsável pela gestão e fiscalização do contrato, com designação formal dos fiscais técnico e administrativo, nos termos da legislação vigente.

III – Capacitação e estrutura de apoio

13.8. A Administração poderá, se necessário, promover a capacitação da equipe interna quanto aos procedimentos de gestão e fiscalização de contratos no regime por preço-global, à luz das normas técnicas, contratuais e regulatórias aplicáveis.

IV - Elaboração da Matriz de Riscos

13.9. Será elaborada matriz de riscos específica no âmbito do Projeto Básico da Licitação, em conformidade com o art. 69, inciso X, da Lei nº 13.303/2016, que estabelece como cláusula obrigatória nos contratos das estatais a definição da matriz de riscos.

“Art. 69. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei: [...] X – matriz de riscos.”

13.10. A adoção da matriz, ainda que não exigida de forma específica para o regime de preço global, é recomendada pelo TCU como instrumento de segurança jurídica e equilíbrio contratual, inclusive nesse tipo de contratação:

“É recomendável a utilização de matriz de riscos em contratações derivadas da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) que envolvam incertezas significativas, ainda que sob regime de empreitada por preço global, por se tratar de elemento que agrega segurança jurídica aos contratos.”

(Acórdão TCU nº 2616/2020 – Plenário)

13.11. A matriz terá por objetivo distribuir de forma clara e equilibrada as responsabilidades entre as partes, especialmente no que se refere a:

- obtenção de licenças e aprovações técnicas;
- compatibilização de projetos;
- interferências no terreno;
- riscos geotécnicos e ambientais;

- Eventos naturais imprevisíveis ou extraordinários.

13.12. A formalização da matriz contribuirá para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao delimitar previamente os riscos assumidos por cada parte, evitando disputas interpretativas e facilitando a gestão contratual ao longo da execução da obra.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A execução da obra de construção do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR) poderá implicar impactos ambientais típicos de empreendimentos de médio e grande porte, especialmente nas fases de instalação do canteiro, movimentação de terra, execução de fundações, estrutura e acabamentos.

14.2. Os principais impactos potenciais são:

- Alteração do solo e relevo em razão da terraplenagem e escavações;
- Geração de resíduos da construção civil (classe A, B e C, conforme CONAMA nº 307/2002);
- Emissão de partículas em suspensão, ruído e vibração mecânica;
- Consumo significativo de água, energia e materiais não renováveis;
- Risco de interferência em sistemas de drenagem pluvial, caso não controlado adequadamente.

14.3. As medidas de mitigação e controle a serem adotadas pela contratada, e que deverão constar nos projetos executivos e planos operacionais, incluem:

- Implantação de **Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)**;
- Adoção de práticas de segregação, reaproveitamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- Controle de poeira por meio de umidificação de áreas expostas;
- Estabilização provisória de taludes e contenção de sedimentos;
- Controle de ruídos e vibrações mediante manutenção adequada de equipamentos;
- Implantação de medidas de segurança ambiental e ações educativas no canteiro de obras.

14.4. Considerando a natureza da contratação, caracterizada como obra de engenharia de médio/grande porte destinada à implantação de unidade hospitalar de alta complexidade, a Administração deverá verificar formalmente, junto ao órgão ambiental competente, a necessidade de licenciamento ambiental prévio do empreendimento, nos termos da Lei nº 6.938/1981 e das Resoluções CONAMA nº 001/1986 e nº 237/1997.

14.4.1. A verificação quanto à exigibilidade de licenciamento ambiental deverá ocorrer ainda na fase de planejamento da contratação, previamente à deflagração do procedimento licitatório, de modo a assegurar a compatibilidade ambiental do empreendimento e a adequada incorporação, no Projeto Básico e demais documentos técnicos, das medidas mitigadoras eventualmente exigidas pelo órgão ambiental competente.

14.4.2. Caso o órgão ambiental competente conclua pela necessidade de licenciamento, deverão ser obtidas, conforme o caso, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e demais autorizações ambientais pertinentes, podendo ainda ser exigida a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), os quais deverão integrar os documentos técnicos da contratação.

14.4.3. A obtenção da Licença Prévia antes da publicação do edital constitui medida necessária à segurança jurídica, técnica e orçamentária da contratação, considerando que eventuais condicionantes ambientais poderão impactar diretamente as soluções de engenharia, os custos do empreendimento, o cronograma de execução e as medidas mitigadoras a serem incorporadas ao projeto.

14.4.4. A Administração deverá observar a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), especialmente os Acórdãos nº 727/2016-Plenário e nº 2282/2011-Plenário, que consideram irregular a contratação de obras com base em projeto básico elaborado sem a devida licença ambiental prévia, bem como o início de obras sem licença de instalação.

14.4.5. Não obstante, considerando que a necessidade de licenciamento ambiental depende da análise concreta das características do empreendimento, de seu porte, localização e potencial de impacto ambiental, deverá ser realizada consulta formal ao órgão ambiental competente para manifestação conclusiva acerca da exigibilidade ou dispensa do licenciamento ambiental para a obra do Bloco C do HU-UFRR.

14.4.6. Em caso de dispensa de licenciamento ambiental pelo órgão competente, a decisão deverá ser formalmente juntada aos autos do processo administrativo, acompanhada das justificativas técnicas e legais pertinentes, sem prejuízo da observância das demais normas ambientais aplicáveis à execução da obra.

14.5. Os projetos executivos e a execução da obra deverão incorporar princípios de sustentabilidade, eficiência energética, uso racional da água, gestão adequada de resíduos da construção civil, acessibilidade e mitigação de impactos ao entorno, em conformidade com as diretrizes da Rede HU Brasil, normas técnicas da ABNT, regulamentações da ANVISA e normas ambientais aplicáveis, inclusive eventuais condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente no âmbito do licenciamento ambiental.

15. Sigilo do ETP

- 15.1. Em conformidade com o disposto na Lei nº 12.527/2011 e no Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC), avalia-se que não há necessidade de classificação deste Estudo Técnico Preliminar como sigiloso.
- 15.2. As informações constantes deste documento referem-se a estudos técnicos, justificativas e parâmetros preliminares de planejamento da contratação, não havendo, até o momento, conteúdo que se enquadre nas hipóteses legais de sigilo previstas no art. 23 da Lei nº 12.527/2011, tais como segurança da sociedade, segurança do Estado ou proteção de informações estratégicas.
- 15.3. Assim, o ETP poderá tramitar como documento público.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

- 16.1. Com base na análise técnica dos elementos constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é viável e razoável quanto à solução técnica proposta, à metodologia orçamentária adotada e ao regime de execução selecionado.
- 16.2. A viabilidade técnica está demonstrada pela disponibilidade de anteprojeto consolidado e pela elaboração em curso do projeto básico de arquitetura e engenharia, já em fase avançada. A definição clara do escopo pretendido, a previsão orçamentária no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o alinhamento do empreendimento com o planejamento estratégico da Ebserh e da UFRR reforçam a fundamentação técnica da contratação.
- 16.3. A razoabilidade da contratação decorre da relevância do objeto para a expansão da capacidade assistencial do SUS na macrorregião de Boa Vista, da compatibilidade entre a solução adotada e a complexidade técnica envolvida, bem como da viabilidade física e orçamentária para execução da obra, nos termos do planejamento estratégico institucional.
- 16.4. A contratação observa os princípios da eficiência, economicidade e legalidade, sendo compatível com a política pública de expansão e consolidação da rede de hospitais universitários federais e com a ampliação da capacidade assistencial do SUS na macrorregião do Boa Vista.
- 16.5. Esta Equipe de Planejamento ressalta que sua atuação restringiu-se à análise da viabilidade técnica, contratual e operacional da obra, com base em documentos e diretrizes prévias, formalizada nos instrumentos como o PAC, perfil assistencial, convênio entre Ebserh e Ministério da Saúde e do Contrato de Gestão entre Ebserh e UFRR.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMANUEL CRISTIAN TISCHER

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 11:42:16.

JOKTAN ALVES DA SILVA JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 13:34:43.

